

questão. Parcela do saldo apresentado para o maior cliente é direcionado para atender limites de créditos em operações de bolsa. O objetivo é a proteção dos valores e quantidades de alumínio formalmente comprometidos na operação.

20 Passivo fiscal diferido

	2014	2013
Impostos federais	13.905	2.223
Impostos estaduais	569	446
	<u>14.474</u>	<u>2.669</u>

Os impostos diferidos constituídos são decorrentes de diferenças temporárias decorrentes da apuração de impostos. Houve um acréscimo em 2014 na conta do Passivo Diferido - Impostos federais em decorrência de parcelamento do débito constante no processo de compensação (PERDCOMP) indeferido pela Receita Federal do Brasil, conforme nº 9.

21 Patrimônio líquido

a. **Capital social** - Dividido em ações ordinárias avaliadas a R\$1 (um real) cada e a movimentação das ações está demonstrada a seguir:

Acionistas	Posição em 31/12/2014			Posição em 31/12/2013		
	Ações	Valor	%	Ações	Valor	%
Aluminum Investment	85.416.243	85.416	98%	85.416.243	85.416	98%
Minoritários	1.697.950	1.698	2%	1.697.950	1.698	2%
	<u>87.114.193</u>	<u>87.114</u>	<u>100%</u>	<u>87.114.193</u>	<u>87.114</u>	<u>100%</u>

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. b. **Reservas de lucros** - A Companhia mantém reservas de lucros para cobertura de aumento de capital, distribuição de lucros, eventual descumprimento de cláusulas contratuais de empréstimos em andamento, absorção de prejuízo, dentre outros. c. **Reserva legal** - É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. d. **Dividendos a distribuir** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	2014	2013
Resultado do exercício	19.116	19.867
(-) Reserva legal	(955)	(993)
Base de cálculo	18.161	18.874
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.541	4.718

A administração da Companhia mantém reserva para distribuição de dividendos adicionais de R\$ 9.624 a fim de aguardar a proposta aprovada para distribuição em Assembleia, por tratar-se de distribuição em montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios.

22 Receita líquida de vendas

	2014	2013
Vendas de produtos	562.591	444.409
(-) Deduções		
ICMS sobre faturamento	(71.269)	(39.298)
IPI sobre faturamento	(28.068)	(30.257)
PIS sobre faturamento	(2.785)	(2.450)
COFINS sobre o faturamento	(12.827)	(11.283)
Devoluções de vendas	(23.742)	(5.328)
	(138.691)	(88.616)
	<u>423.900</u>	<u>355.793</u>

As devoluções de vendas realizadas no exercício são em sua grande maioria, originadas de divergências entre os pedidos aprovados para os clientes e seu efetivo faturamento. Na medida em que houve a solução da questão, nova fatura foi elaborada e esse valor foi reconhecido na receita da Companhia em sua respectiva rubrica.

23 Custo das vendas

	2014	2013
Matéria-prima	323.464	251.027
Combustíveis e lubrificantes	12.119	8.288
Material de embalagem	23.472	22.539
Serviços de terceiros	8.179	8.417
Pessoal	24.011	18.768
Outros custos	12.197	10.900
	<u>403.442</u>	<u>319.939</u>

24 Despesas administrativas

	2014	2013
Pessoal	10.317	8.393
Materiais	632	630
Serviços de terceiros	6.169	6.007
Viagens e hospedagens	1.373	1.511
Armazenagem	1.536	2.629
Seguros	761	718
Depreciação	556	551
Outras despesas	3.252	2.414
	<u>24.596</u>	<u>22.853</u>

25 Despesas com vendas

	2014	2013
Pessoal	1.149	899
Materiais	22	19
Serviços de terceiros	749	580
Fretes sobre vendas	22.000	8.924
Comissão sobre vendas	5.265	4.292
Seguros	724	1.283
Depreciação	2	2
Outras despesas com vendas	965	499
	<u>30.876</u>	<u>16.498</u>

Os fretes sobre vendas sofreram um acréscimo em 2014 devido entregas de produtos proveniente de operação com Venda Futura de períodos anteriores (7 mil toneladas).

26 Outras receitas

	2014	2013
Subvenções governamentais		
Subvenções estaduais (ICMS)	67.565	36.938
Armazenagem	1.691	1.327
Recuperação de despesas	2.267	327
	<u>71.523</u>	<u>38.592</u>

As receitas oriundas referem-se a incentivos fiscais concedidos pela SUDAM às empresas que possuem projetos aprovados na área da Amazônia Legal. A Companhia não está obrigada por nenhum dispositivo regulamentar a constituir reserva de subvenção em relação aos saldos de subvenções estaduais. As Subvenções Governamentais do ICMS sofreram um acréscimo em 2014 devido entregas de produtos proveniente de operação com Venda Futura de períodos anteriores (7 mil Toneladas), momento este que reconhecemos o fato gerador do imposto, assim como o aumento do faturamento no ano de 2014 em relação a 2013, conforme nota nº 21. **Incentivo Fiscal Estadual - ICMS** - O Governo do Estado, atendendo às políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento, incentiva a ampliação e modernização de indústrias na região. Os valores auferidos e detalhes do benefício concedido à Companhia estão sendo reportados na presente nota.

27 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	2014	2013
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber	247	326
Descontos auferidos	815	318
Receita aplicações financeiras	523	170
Variação monetária / Cambial ativa	3.126	4.705
	4.711	5.519

Despesas financeiras

Despesa de juros sobre passivos financeiros	(7.488)	(7.758)
Perda de variação cambial líquida	(6.920)	(4.820)
Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(1.889)	(2.110)

	(16.297)	(14.688)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(11.586)	(9.169)

28 Imposto de renda e contribuição social - A Companhia provisionou, a título de impostos sobre o resultado auferido no ano de 2014, os seguintes montantes, inclusive considerando o resultado do lucro da exploração:

	2014	2013
Imposto de renda		
Lucro antes do IRPJ e CSL	22.417	23.379
Base para IRPJ e CSLL	21.558	21.542
IRPJ 15%	3.234	3.231
Adicional de 10%	2.159	2.130
(-) PAT	(129)	(93)
1 - Total IRPJ (1+2)	5.569	5.268
2 - Redução Incentivada IRPJ (75%)	(3.995)	(3.695)
3 - (-) Compensações	(25)	(51)
4 - IRPJ a pagar (1-2-3)	1.244	1.522
5 - Cálculo Reinvest. 30% (Depósito BASA)	-	(457)
6 - Valor a recolher p/ Receita Federal (4-5)	1.244	1.065

6- Valor a recolher ao BASA

Incentivo 30% do IR	-	457
Recursos Próprios (50% do Incentivo)	-	228
Total a recolher	1.244	685

	2014	2013
Contribuição social		
1 - Provisão CSLL	2.032	1.939
2 - Compensações	(4)	(43)
3 - Valor a pagar (1-2)	2.028	1.896
Total provisão IRPJ e CSLL	7.296	7.207
Total de redução 75% subvenção	(3.995)	(3.695)
IRPJ e CSLL do exercício	3.301	3.512
Total de compensações	(29)	(94)
Total a pagar IRPJ e CSLL	3.272	3.418

Incentivo Fiscal Federal - Redução da alíquota do Imposto de Renda - Lucro da Exploração - A Companhia opera em regime tributário de lucro real anual e tem incentivo fiscal relativo à redução da alíquota do Imposto de Renda de 75% sobre os lucros operacionais originados pelas suas atividades principais (lucro da exploração). Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado, e o valor do Imposto de Renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido. Em 2014, a Companhia auferiu R\$ 3.995 desse tipo de incentivo (R\$ 3.695 em 2013).

29 Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros da Companhia con-

tra riscos operacionais monta R\$ 185.428 (R\$ 100.000 em 2013); R\$ 7.850 para danos materiais (R\$ 7.500 em 2013), R\$ 24.480 para lucros cessantes (R\$1.500 em 2013) e R\$ 10.000 para responsabilidade civil de diretores e administradores (R\$10.000 em 2013). **Diretoria** - **José Maria Barale** - Presidente do Conselho Administrativo. **Ricardo Figueiredo de Araujo** - Diretor Executivo. **Responsável técnico** - **Otávio Jorge Carvalho Ribeiro** - Diretor Financeiro - Contador n.º 8435/O CRC/PA - CPF n.º 085.773.312-53

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Aos Administradores e Acionistas da Alubar Metais e Cabos S.A. Barcarena - PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Alubar Metais e Cabos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Administração da Companhia decidiu não reconhecer as perdas apuradas em 31 de dezembro de 2014, decorrentes das operações de hedge, correspondentes a posição futura de contratos de compra a preço fixo de venda. De acordo com o CPC 38 - "Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração", os efeitos da avaliação do valor justo do instrumento financeiro devem ser reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem. Por essa razão, o ativo circulante está registrado a maior em R\$4.719 mil (R\$1.633 mil em 2013), o passivo registrado a menor em R\$1.896 mil (R\$22.522 mil em 2013) e as despesas do exercício registradas a menor em R\$6.615 mil (R\$ 24.155 mil em 2013).

Opinião sobre as demonstrações financeiras - Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alubar Metais e Cabos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belém, 20 de fevereiro de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE